

**INCLUSÃO EDUCACIONAL E  
DESENVOLVIMENTO  
INTEGRAL: ANÁLISE DAS  
CONDIÇÕES PEDAGÓGICAS  
PARA A APRENDIZAGEM  
DE ESTUDANTES COM  
DEFICIÊNCIA**

**EDUCATIONAL INCLUSION AND INTEGRAL DEVELOPMENT: ANALYSIS OF  
THE PEDAGOGICAL CONDITIONS FOR THE LEARNING OF STUDENTS WITH  
DISABILITIES**

Ciências Humanas • 05/04/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/775435676](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/775435676)

---

Cecília Maria de Oliveira Moita<sup>1</sup>

Silvânia Vasconcelos de Almeida Cândido<sup>2</sup>

Normando Raimundo de Lima Júnior<sup>3</sup>

Cassandra Eliane Figueirêdo Dias<sup>4</sup>

---

## RESUMO

A inclusão educacional tem se consolidado como um tema central nas discussões contemporâneas sobre o direito à educação, especialmente no que se refere à garantia de acesso, permanência, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência no contexto escolar. Nesse sentido, o presente estudo teve como objetivo geral analisar as condições pedagógicas que favorecem a inclusão educacional e o desenvolvimento integral de estudantes com deficiência no contexto escolar. A relevância da pesquisa está na necessidade de compreender como a escola pode se organizar de modo mais sensível, acessível e comprometido com a aprendizagem de todos, considerando que ainda persistem desafios relacionados à formação docente, às práticas pedagógicas, à acessibilidade e à efetivação das políticas inclusivas. Quanto à metodologia, tratou-se de uma pesquisa bibliográfica, desenvolvida a partir do levantamento e da análise de produções científicas publicadas em bases acadêmicas, com foco em estudos relacionados à educação inclusiva, desenvolvimento integral, práticas pedagógicas e escolarização de estudantes com deficiência. Os resultados da pesquisa evidenciaram que a inclusão educacional depende não apenas dos marcos legais já existentes, mas também da construção de condições pedagógicas concretas, como planejamento, mediação docente, adaptação curricular, acessibilidade e compromisso institucional. Conclui-se que a efetivação da inclusão exige uma atuação coletiva e contínua da escola, de modo que o estudante com deficiência seja reconhecido como sujeito de direitos e tenha assegurado seu desenvolvimento integral em uma educação verdadeiramente democrática e humanizada.

**Palavras-chave:** Inclusão educacional. Desenvolvimento integral. Estudantes com deficiência.

## **ABSTRACT**

Educational inclusion has become a central topic in contemporary discussions about the right to education, especially regarding the guarantee of access, permanence, participation, and learning for students with disabilities in the school context. In this sense, the present study aimed to analyze the pedagogical conditions that promote educational inclusion and the integral development of students with disabilities in the school environment. The relevance of this research lies in the need to understand how schools can organize themselves in a more sensitive, accessible, and committed way to the learning of all students, considering that challenges related to teacher education, pedagogical practices, accessibility, and the effective implementation of inclusive policies still persist. As for the methodology, this was a bibliographic research study, developed through the survey and analysis of scientific publications in academic databases, focusing on studies related to inclusive education, integral development, pedagogical practices, and the schooling process of students with disabilities. The results of the research showed that educational inclusion depends not only on the existing legal frameworks, but also on the construction of concrete pedagogical conditions, such as planning, teacher mediation, curriculum adaptation, accessibility, and institutional commitment. It is concluded that the effective implementation of inclusion requires collective and continuous action by the school, so that students with disabilities are recognized as subjects of rights and have their integral development ensured within a truly democratic and humanized education.

**Keywords:** Educational inclusion. Integral development. Students with disabilities.

## **1. INTRODUÇÃO**

Falar sobre inclusão educacional é, antes de tudo, falar sobre o direito de existir plenamente no espaço escolar. Em uma sociedade que, por muito tempo, negou às pessoas com deficiência oportunidades reais de participação e aprendizagem, discutir a inclusão na escola torna-se uma tarefa necessária, sensível e urgente. A educação inclusiva não se limita ao acesso do estudante com deficiência à escola regular, mas envolve a construção de condições pedagógicas, relacionais e institucionais que favoreçam sua permanência, seu desenvolvimento e sua aprendizagem de forma digna e significativa. De acordo com Santos et al. (2025), a educação inclusiva precisa ser sustentada por fundamentos sólidos, pois somente assim será possível transformar o discurso da inclusão em práticas efetivas no cotidiano escolar.

Nesse contexto, a presente pesquisa tem como tema Inclusão educacional e desenvolvimento integral: análise das condições pedagógicas para a aprendizagem de estudantes com deficiência. A escolha desse tema parte da compreensão de que a escola ocupa papel central na formação humana e, por isso, precisa estar preparada para acolher a diversidade presente em suas salas de aula. No entanto, apesar dos avanços legais e conceituais no campo da educação inclusiva, ainda persistem desafios importantes relacionados à formação docente, à adaptação curricular, à acessibilidade e à efetivação de práticas pedagógicas que contemplem as singularidades dos estudantes com deficiência. Como destacam Reis e Coutinho (2025), os marcos legais brasileiros representam conquistas relevantes para a educação inclusiva, mas sua concretização depende de ações consistentes e articuladas no interior das instituições escolares.

Diante dessa realidade, este estudo parte do seguinte problema de pesquisa: quais condições pedagógicas são necessárias para favorecer a inclusão educacional e o desenvolvimento integral de estudantes com deficiência no contexto escolar? Esse questionamento emerge da necessidade de compreender como a escola pode ultrapassar uma inclusão meramente formal e construir experiências pedagógicas verdadeiramente comprometidas com a aprendizagem e com a formação integral desses estudantes. Assim, o objetivo geral desta pesquisa é analisar as condições pedagógicas que favorecem a inclusão educacional e o desenvolvimento integral de estudantes com deficiência no contexto escolar. Como objetivos específicos, busca-se identificar as práticas pedagógicas adotadas pelos professores para promover a aprendizagem de estudantes com deficiência, verificar de que maneira os recursos, as estratégias metodológicas e a organização escolar contribuem para a inclusão educacional desses estudantes e compreender os desafios e as possibilidades existentes no processo de ensino e aprendizagem voltado ao desenvolvimento integral de estudantes com deficiência.

A justificativa deste estudo está na relevância social, educacional e acadêmica do tema. No plano social, a pesquisa contribui para ampliar a reflexão sobre o direito à educação de qualidade para estudantes com deficiência, reforçando a importância de uma escola comprometida com a equidade. No âmbito educacional, o trabalho se mostra pertinente por abordar elementos concretos que interferem na prática pedagógica e no desenvolvimento dos estudantes, como planejamento, mediação, acessibilidade e acolhimento. Já no campo acadêmico, o estudo busca colaborar com a produção de conhecimentos sobre inclusão escolar, oferecendo subsídios teóricos para novas reflexões e investigações. Segundo Carvalho e Rocha (2026), a inclusão escolar no Brasil

continua sendo atravessada por tensões entre o que os direitos garantem e o que as práticas escolares efetivamente conseguem realizar, o que reforça a necessidade de estudos que problematizem essa distância.

No que se refere à metodologia, esta pesquisa caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, desenvolvida a partir do levantamento, seleção e análise de produções científicas relacionadas ao tema. Foram utilizados descritores como educação inclusiva, inclusão educacional, estudantes com deficiência, aprendizagem, desenvolvimento integral, práticas pedagógicas inclusivas e acessibilidade educacional, combinados por meio dos operadores booleanos AND e OR. As buscas foram realizadas em bases e plataformas acadêmicas como Google Acadêmico, SciELO, Periódicos CAPES e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), priorizando estudos publicados entre 2018 e 2026, em língua portuguesa e com relação direta com os objetivos da pesquisa. De acordo com Braucks et al. (2025), a pesquisa bibliográfica é relevante porque permite reunir conhecimentos já sistematizados, oferecendo sustentação teórica e científica para a construção de análises mais consistentes.

Dessa forma, esta pesquisa se organiza em torno da compreensão de que a inclusão educacional precisa ser analisada para além do acesso formal à escola, considerando as condições concretas que tornam possível a aprendizagem e o desenvolvimento integral de estudantes com deficiência. Ao reunir discussões teóricas recentes sobre fundamentos da inclusão, marcos legais, práticas pedagógicas, escolarização e desenvolvimento humano, o estudo pretende contribuir para o fortalecimento de uma educação mais humana, acessível e comprometida com a dignidade de todos os

estudantes. Assim, esta investigação reafirma a importância de pensar a escola como espaço de pertencimento, de reconhecimento e de construção de oportunidades reais de aprendizagem para aqueles que historicamente tiveram seus direitos educacionais negados ou fragilizados.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA OU REVISÃO DA LITERATURA**

### **2.1. Inclusão Educacional: Fundamentos, Conceitos e Marcos Legais**

A discussão sobre inclusão educacional exige um ponto de partida muito claro: a escola inclusiva não se constrói apenas com boas intenções, mas com fundamentos teóricos, éticos e pedagógicos consistentes. Quando a inclusão é tratada como um favor, ela se torna frágil; quando é compreendida como direito, ela ganha profundidade e responsabilidade institucional. De acordo com Santos et al. (2025), a educação inclusiva precisa estar apoiada em fundamentos sólidos, porque somente assim será possível sustentar práticas comprometidas com a aprendizagem, com a participação e com o reconhecimento da diversidade humana no cotidiano escolar.

Ao observar a trajetória brasileira, percebe-se que os marcos legais da educação inclusiva foram fundamentais para consolidar esse direito no campo educacional. Não se trata apenas de um conjunto de normas formais, mas de uma base que orienta o dever do Estado e das instituições escolares diante da presença dos estudantes com deficiência. Reis e Coutinho (2025) analisam justamente esse percurso histórico, seus avanços, desafios e perspectivas, mostrando que a legislação brasileira buscou assegurar o direito à educação

para todos, ainda que a efetivação concreta desse direito continue atravessada por obstáculos estruturais e pedagógicos.

Essa distância entre o que a lei assegura e o que a escola, de fato, consegue oferecer aparece de forma muito expressiva na literatura recente. Em vez de uma inclusão plena, muitas instituições ainda apresentam barreiras culturais, limitações de infraestrutura e fragilidades nos recursos didáticos e humanos. Carvalho e Rocha (2026) refletem exatamente sobre essa tensão ao apontarem que a inclusão escolar no Brasil avançou em termos normativos, mas ainda encontra uma lacuna significativa entre os direitos formalmente reconhecidos e a realidade vivida no chão da escola. Isso mostra que a inclusão precisa ser compreendida não apenas como norma jurídica, mas como prática pedagógica cotidiana.

Dentro desse debate, a acessibilidade aparece como parte inseparável da inclusão. Não basta garantir matrícula se o espaço escolar continua produzindo exclusão por meio da comunicação precária, da ausência de adaptações, da insuficiência de recursos e da falta de preparação docente. Santos et al. (2025), ao discutirem o marco legal da acessibilidade e da inclusão na educação pública brasileira, evidenciam que o direito à educação só se torna real quando acompanhado de condições que permitam permanência, participação e aprendizagem. A inclusão, portanto, não pode ser lida como simples presença física do aluno, mas como acesso efetivo ao currículo e à vida escolar.

Esse entendimento se torna ainda mais sensível quando olhamos para a Educação Infantil, fase em que o direito de ser cuidado e educado precisa caminhar junto. A presença da criança com deficiência nesse espaço exige um olhar atento para os vínculos,

para o acolhimento e para a construção das primeiras experiências de pertencimento escolar. Feldhaus et al. (2025) articulam, justamente, os marcos legais, as práticas de cuidar e educar e os desafios contemporâneos da inclusão na infância, reforçando que a educação inclusiva começa muito antes das exigências formais de desempenho e passa, primeiro, pela afirmação da criança como sujeito de direitos, de interação e de desenvolvimento.

Assim, os fundamentos da inclusão educacional precisam ser compreendidos em uma perspectiva ampla, que una direito, ética, acessibilidade e compromisso pedagógico. Quando a escola reconhece que a deficiência não pode ser motivo de afastamento, silenciamento ou redução de expectativas, ela começa a se reorganizar de forma mais coerente com o ideal de justiça educacional. À luz de Santos et al. (2025), Reis e Coutinho (2025) e Carvalho e Rocha (2026), é possível afirmar que a inclusão escolar exige bases teóricas firmes, marcos legais conhecidos e práticas efetivas, pois apenas assim a escola conseguirá transformar o discurso inclusivo em experiência real de aprendizagem e dignidade.

## **2.2. Condições Pedagógicas para a Aprendizagem de Estudantes com Deficiência**

Quando se discute a aprendizagem de estudantes com deficiência, é preciso reconhecer que ela não depende apenas da presença do aluno em sala, mas da qualidade das mediações pedagógicas que a escola organiza. Nesse cenário, o planejamento assume um papel central, porque a inclusão exige intencionalidade, acompanhamento e adequação das metas à realidade de cada estudante. De acordo com Scarpin et al. (2026), o Plano Educacional Individualizado, o PEI,

constitui uma estratégia pedagógica importante para personalizar o ensino, organizar objetivos coerentes e favorecer a participação do estudante nas atividades escolares, especialmente quando é construído de forma coletiva e sustentado por avaliação diagnóstica.

A mediação do professor também aparece como uma das bases mais importantes da inclusão pedagógica. Não se trata apenas de transmitir conteúdos, mas de interpretar necessidades, ajustar percursos e criar pontes entre o estudante, o currículo e as formas possíveis de participação. Guimarães et al. (2026) mostram que a intervenção pedagógica e a atuação do professor de apoio têm relevância direta na aprendizagem de estudantes com deficiência, sobretudo quando há intencionalidade, articulação com a diversidade e compromisso com práticas inclusivas. Isso revela que o professor não ocupa um lugar secundário nesse processo; ao contrário, sua ação é decisiva para que o aluno encontre possibilidades reais de aprender.

Entretanto, a existência do professor e do planejamento, por si só, não resolve todas as tensões da inclusão. O ensino regular ainda convive com limites concretos que tornam a prática inclusiva, muitas vezes, oscilante, contraditória ou incompleta. Lopes e Baumer (2025), ao discutirem as possibilidades e impossibilidades de práticas pedagógicas inclusivas no ensino regular, chamam atenção para a necessidade de compreender como as pedagogas e os pedagogos podem contribuir efetivamente para o processo de aprendizagem dos alunos com deficiência. Essa reflexão é valiosa porque desloca a discussão do plano abstrato e a coloca no centro do trabalho pedagógico, onde a inclusão realmente se concretiza ou se fragiliza.

Outro aspecto relevante diz respeito às estratégias psicopedagógicas voltadas a estudantes com TEA, TDAH, dislexia e deficiências múltiplas. Em uma sala de aula diversa, o ensino precisa reconhecer diferentes ritmos, linguagens, tempos e formas de elaboração do conhecimento. Ferreira et al. (2025) abordam justamente esses desafios e possibilidades, reforçando que a educação inclusiva demanda estratégias diversificadas, sensibilidade profissional e ações interdisciplinares que favoreçam não apenas o acesso ao conteúdo, mas também a permanência ativa do estudante no processo educativo. Isso evidencia que ensinar, em perspectiva inclusiva, é também aprender a flexibilizar sem excluir e a adaptar sem empobrecer.

Quando essas dimensões são articuladas, a escola começa a oferecer condições pedagógicas mais consistentes para a aprendizagem. O PEI, a mediação docente, as práticas inclusivas e as estratégias psicopedagógicas não devem funcionar de maneira isolada, mas como partes de um mesmo compromisso institucional com o direito de aprender. O que fragiliza a inclusão, muitas vezes, não é a ausência de um discurso favorável, mas a falta de integração entre planejamento, acompanhamento e corresponsabilidade da equipe escolar. Nesse sentido, Scarpin et al. (2026) ressaltam que o êxito do PEI depende do trabalho colaborativo e do compromisso pedagógico da escola, enquanto Guimarães et al. (2026) reafirmam a importância da ação mediadora na aprendizagem dos estudantes com deficiência.

Portanto, as condições pedagógicas da inclusão não podem ser pensadas como algo periférico ou acessório. Elas são o próprio coração da aprendizagem de estudantes com deficiência, porque dizem respeito à forma como a escola planeja, ensina, acompanha,

avalia e acolhe. À luz de Lopes e Baumer (2025) e Ferreira et al. (2025), percebe-se que uma prática pedagógica inclusiva exige flexibilidade curricular, escuta sensível, mediação qualificada e intervenções que respeitem a singularidade dos estudantes sem romper com o direito de todos ao conhecimento escolar. É nessa direção que a inclusão deixa de ser promessa e passa a ganhar contornos concretos dentro da sala de aula.

### **2.3. Desenvolvimento Integral e o Processo de Escolarização de Estudantes com Deficiência**

Pensar o desenvolvimento integral de estudantes com deficiência exige olhar para a escolarização como experiência humana ampla, e não apenas como percurso burocrático dentro da escola. A criança ou o adolescente com deficiência não chega ao espaço escolar trazendo apenas necessidades pedagógicas, mas também histórias, afetos, potências, modos próprios de interação e diferentes formas de se relacionar com o conhecimento. Nesse sentido, a escolarização precisa ser compreendida como processo de formação que envolve aprendizagem, autonomia, pertencimento e participação. Siébra (2024), ao refletir sobre a escolarização de alunos com deficiências múltiplas no Ensino Fundamental I, chama atenção para a atuação das políticas de educação inclusiva nesse percurso, o que reforça a necessidade de analisar como essas políticas se materializam na vida escolar concreta.

Nessa mesma linha, Lima e Pinto (2025) mostram que o processo de escolarização do sujeito com deficiência precisa ser analisado a partir da literatura especializada, justamente porque ele envolve múltiplas camadas de compreensão. A escolarização não é apenas estar matriculado, frequentar aulas ou cumprir etapas formais. Ela

também diz respeito ao modo como o estudante é reconhecido na escola, ao acesso que ele tem às práticas pedagógicas e à forma como suas possibilidades de desenvolvimento são favorecidas ou limitadas pelo ambiente educacional. Quando a escola o reduz à deficiência, a escolarização se empobrece; quando o reconhece como sujeito de direitos, ela se expande.

Esse debate se torna ainda mais delicado quando pensamos que o desenvolvimento integral começa nos primeiros vínculos escolares. A Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental são tempos em que o cuidado, a interação e a mediação pedagógica possuem peso decisivo na constituição do sujeito. Feldhaus et al. (2025) mostram que a inclusão da criança com deficiência precisa articular marcos legais, práticas de cuidar e educar e leitura atenta dos desafios contemporâneos. Isso sugere que o desenvolvimento integral não depende apenas de conteúdos ensinados, mas da qualidade das relações construídas, da forma como a criança é acolhida e das oportunidades que ela encontra para participar do cotidiano escolar com dignidade.

Entretanto, o caminho da escolarização inclusiva continua atravessado por contradições que impactam diretamente esse desenvolvimento. Quando faltam recursos, quando a infraestrutura é limitada e quando as práticas pedagógicas não acompanham o discurso legal, o estudante pode até estar na escola, mas sem viver nela uma experiência plena de pertencimento e aprendizagem. Carvalho e Rocha (2026) observam justamente essa distância entre os direitos reconhecidos e a realidade escolar, evidenciando que a inclusão brasileira ainda enfrenta resistência cultural, carência de recursos pedagógicos e fragilidades estruturais. Isso revela que o

desenvolvimento integral não pode ser separado das condições institucionais que sustentam a vida escolar.

Por isso, o desenvolvimento integral de estudantes com deficiência precisa ser entendido como resultado de uma escolarização comprometida com a pessoa em sua totalidade. Não basta ensinar conteúdos se a escola não constrói autonomia, participação, autoestima e reconhecimento. Também não basta ter legislação avançada se o cotidiano continua produzindo barreiras que silenciam ou limitam o estudante. Santos et al. (2025) defendem a necessidade de fundamentos sólidos para a educação inclusiva, e Reis e Coutinho (2025) mostram que os marcos legais brasileiros foram construídos para assegurar o direito à educação para todos. À luz dessas contribuições, torna-se possível compreender que o desenvolvimento integral só se fortalece quando direito, prática pedagógica e cultura escolar caminham juntos.

Assim, o processo de escolarização de estudantes com deficiência precisa ser visto como trajetória de formação humana, e não apenas como passagem pelas etapas do sistema de ensino. Quando a escola cria condições de participação, escuta, mediação e acessibilidade, ela contribui para que o estudante desenvolva não só aprendizagens acadêmicas, mas também confiança, autonomia e sentido de pertencimento. Siébra (2024) e Lima e Pinto (2025) ajudam a compreender que a escolarização precisa ser analisada com profundidade, porque nela se cruzam políticas públicas, práticas pedagógicas e experiências subjetivas. É justamente nessa travessia que o desenvolvimento integral deixa de ser uma ideia abstrata e passa a se tornar horizonte real da educação inclusiva.

### **3. METODOLOGIA**

A metodologia adotada nesta pesquisa foi a pesquisa bibliográfica, por se tratar de um estudo voltado à compreensão teórica e analítica da inclusão educacional e do desenvolvimento integral de estudantes com deficiência. Essa escolha metodológica permitiu reunir, selecionar e interpretar produções científicas já publicadas sobre o tema, favorecendo a construção de uma base conceitual consistente para a discussão proposta. Nesse tipo de investigação, o pesquisador dialoga com conhecimentos já sistematizados, identificando contribuições relevantes para responder ao problema de pesquisa e alcançar os objetivos definidos. De acordo com Braucks et al. (2025), a pesquisa bibliográfica é uma metodologia capaz de fundamentar estudos científicos, contribuindo para a construção do conhecimento e para a elaboração de investigações mais consistentes.

Para o levantamento do material, foram definidos descritores diretamente relacionados ao objeto de estudo, com o propósito de localizar produções científicas que dialogassem com a temática da pesquisa. Entre os principais descritores utilizados, destacam-se: educação inclusiva, inclusão educacional, estudantes com deficiência, aprendizagem, desenvolvimento integral, práticas pedagógicas inclusivas, acessibilidade educacional e políticas públicas de inclusão. Esses termos foram empregados de forma isolada e combinada, com o uso dos operadores booleanos AND e OR, a fim de ampliar e refinar os resultados encontrados.

As buscas foram realizadas em plataformas reconhecidas pela relevância acadêmica e pela abrangência de publicações na área da educação, especialmente no contexto brasileiro. Entre as bases consultadas, destacam-se Google Acadêmico, SciELO, Periódicos CAPES e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

A escolha dessas plataformas se justificou pela possibilidade de acesso a artigos científicos, dissertações, teses e estudos acadêmicos que permitissem analisar diferentes perspectivas sobre inclusão escolar, condições pedagógicas e escolarização de estudantes com deficiência. Também foram consideradas produções publicadas em periódicos de caráter científico, com prioridade para textos disponíveis na íntegra.

Quanto aos critérios de inclusão, foram selecionados estudos publicados preferencialmente entre 2018 e 2026, em língua portuguesa, com texto completo disponível e relação direta com o tema da pesquisa. Foram incluídos artigos, dissertações, teses e capítulos de livros que abordassem a inclusão educacional, os marcos legais, as práticas pedagógicas, a aprendizagem e o desenvolvimento integral de estudantes com deficiência. Já os critérios de exclusão envolveram trabalhos duplicados nas bases consultadas, textos sem relação direta com os objetivos do estudo, publicações sem acesso ao conteúdo completo, materiais de caráter opinativo sem respaldo acadêmico e estudos que não focalizassem o contexto educacional.

Após a etapa de busca e seleção, o material foi submetido a uma leitura exploratória, seletiva e analítica, com o objetivo de identificar as contribuições mais relevantes para a pesquisa. Em seguida, os estudos escolhidos foram organizados por eixo temático, permitindo a construção do referencial teórico e da discussão proposta neste trabalho. Dessa forma, a pesquisa bibliográfica possibilitou compreender como a literatura recente tem tratado a inclusão educacional e quais elementos pedagógicos, legais e institucionais são mais relevantes para favorecer a aprendizagem e o desenvolvimento integral de estudantes com deficiência.

#### **4. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Os resultados desta pesquisa bibliográfica evidenciaram, em primeiro lugar, que a inclusão educacional tem avançado de forma importante no plano normativo e conceitual, mas ainda enfrenta dificuldades relevantes no momento de sua concretização no cotidiano escolar. A análise dos estudos selecionados permitiu perceber que o direito à educação da pessoa com deficiência já está respaldado por marcos legais e por uma produção acadêmica recente que reafirma a necessidade de uma escola comprometida com a equidade. No entanto, o levantamento também revelou que a existência desse respaldo jurídico, por si só, não garante práticas pedagógicas efetivamente inclusivas. De acordo com Santos et al. (2025), a educação inclusiva precisa estar sustentada por fundamentos sólidos, pois somente uma base teórica consistente permite que a escola compreenda a inclusão como direito, e não como concessão eventual.

Outro resultado importante encontrado na pesquisa foi a confirmação de que os marcos legais brasileiros representam conquistas significativas para a consolidação da inclusão, especialmente ao reforçarem o princípio do acesso, da permanência e da aprendizagem. Ainda assim, a literatura analisada mostrou que muitas escolas permanecem distantes daquilo que a legislação prevê. Isso significa que há uma diferença sensível entre o texto legal e a realidade vivida por muitos estudantes com deficiência, sobretudo em contextos marcados por limitações estruturais, ausência de recursos e fragilidade na formação docente. Reis e Coutinho (2025) destacam que as políticas públicas e os marcos legais da educação inclusiva no Brasil desempenham papel essencial na garantia de direitos, mas sua efetividade depende de

investimento contínuo, articulação institucional e compromisso com a transformação das práticas escolares.

A pesquisa também revelou que a qualidade da inclusão está profundamente ligada às condições pedagógicas oferecidas pela escola. Não basta garantir matrícula, pois a aprendizagem do estudante com deficiência depende de planejamento, adaptação, mediação e acompanhamento. Ao longo da análise bibliográfica, foi possível perceber que as práticas pedagógicas inclusivas ainda convivem com tensões entre intenção e execução. Em muitos casos, os profissionais reconhecem a importância da inclusão, mas encontram dificuldades para elaborar intervenções adequadas às necessidades específicas de cada estudante. Lopes e Baumer (2025) mostram que as práticas pedagógicas inclusivas no ensino regular dependem de uma atuação consciente e intencional dos profissionais da educação, o que exige preparação teórica, sensibilidade pedagógica e condições institucionais para que a inclusão se torne prática cotidiana.

Entre os resultados mais significativos do estudo, destaca-se a compreensão de que a mediação docente é um dos elementos centrais para o sucesso da aprendizagem inclusiva. O professor aparece, na literatura analisada, como sujeito fundamental na organização dos percursos de aprendizagem, na flexibilização de estratégias e na criação de oportunidades reais de participação. Essa mediação, porém, não pode ser improvisada. Ela exige conhecimento, escuta e capacidade de interpretar o estudante para além de sua deficiência. Ao reunir os estudos examinados, percebeu-se que a prática docente inclusiva depende tanto da formação inicial quanto da formação continuada, além do apoio pedagógico dentro da escola. Guimarães et al. (2026) reforçam que o

papel do professor na mediação da aprendizagem de estudantes com deficiência é decisivo, especialmente quando essa atuação está alicerçada em intervenções planejadas e em compreensão mais ampla da diversidade presente na sala de aula.

Além da mediação docente, os resultados da pesquisa demonstraram que instrumentos como o Plano Educacional Individualizado têm sido apontados como estratégias importantes para garantir o direito à aprendizagem. O PEI apareceu, nos estudos analisados, como recurso pedagógico capaz de orientar objetivos, intervenções e acompanhamentos de forma mais individualizada, respeitando os ritmos e as necessidades dos estudantes. Essa constatação é relevante porque mostra que a inclusão precisa ser organizada pedagogicamente, e não apenas defendida em termos discursivos. Quando a escola planeja o ensino com base em evidências concretas sobre o estudante, ela amplia as possibilidades de avanço acadêmico e de participação ativa. Scarpin et al. (2026) afirmam que o PEI constitui uma estratégia de garantia do direito à aprendizagem de estudantes com deficiência, justamente por favorecer um olhar pedagógico mais atento, personalizado e comprometido com o desenvolvimento educacional.

No campo da discussão, outro aspecto que emergiu com força foi a necessidade de compreender a escolarização de estudantes com deficiência como um processo que ultrapassa o conteúdo formal e alcança dimensões emocionais, sociais e relacionais. Os estudos analisados indicam que a inclusão não pode ser avaliada apenas pelo rendimento escolar, pois ela também envolve pertencimento, autonomia, autoestima e reconhecimento. Quando o aluno participa de um ambiente que o acolhe, o escuta e respeita suas singularidades, o processo educativo ganha mais sentido e se torna

mais humano. Nesse contexto, o desenvolvimento integral aparece como horizonte indispensável da educação inclusiva. Siébra (2024) ressalta que a escolarização de alunos com deficiências múltiplas precisa ser analisada a partir da atuação concreta das políticas de inclusão, pois é nesse percurso que se revelam os avanços, os limites e os impactos reais da escola sobre a vida do estudante.

A análise da literatura ainda permitiu discutir que a inclusão exige uma atuação articulada entre práticas pedagógicas, acessibilidade, cuidado e compromisso institucional. Isso se torna ainda mais evidente quando se observa a Educação Infantil e os anos iniciais, fases em que o vínculo, o acolhimento e a escuta possuem papel decisivo no desenvolvimento da criança. A pesquisa mostrou que a inclusão, nesses contextos, depende da capacidade da escola de unir cuidar e educar sem hierarquizar essas dimensões. Também se observou que os desafios contemporâneos da inclusão passam pela necessidade de superar olhares reducionistas sobre a deficiência e construir ambientes escolares mais preparados para a diversidade. Feldhaus et al. (2025) demonstram que a inclusão da criança com deficiência exige articulação entre marcos legais, práticas de cuidado e organização pedagógica, reforçando que o desenvolvimento integral começa nas experiências mais iniciais de pertencimento escolar.

Por fim, os resultados e a discussão desta pesquisa bibliográfica permitem afirmar que a inclusão educacional continua sendo um campo de avanços, mas também de profundas exigências. O estudo revelou que o Brasil possui respaldo legal e produção teórica suficientes para sustentar uma educação inclusiva comprometida com o direito à aprendizagem. Entretanto, mostrou também que o maior desafio está em transformar esse acúmulo normativo e

conceitual em experiências escolares concretas, sensíveis e consistentes. A escola inclusiva precisa ser pensada como espaço em que o estudante com deficiência aprende, convive, se reconhece e se desenvolve integralmente. Lima e Pinto (2025) evidenciam que o processo de escolarização do sujeito com deficiência deve ser analisado de maneira ampla, pois ele envolve não apenas acesso ao ensino, mas a construção de trajetórias formativas marcadas por dignidade, participação e possibilidade real de crescimento humano.

## **CONCLUSÃO**

Ao final deste estudo, torna-se possível afirmar que discutir a inclusão educacional e o desenvolvimento integral de estudantes com deficiência é, antes de tudo, assumir um compromisso com uma educação mais justa, mais sensível e mais coerente com o princípio da dignidade humana. A pesquisa permitiu compreender que a inclusão não pode ser reduzida ao simples acesso do estudante com deficiência à escola regular, pois seu verdadeiro sentido está na garantia de condições reais para que esse estudante participe, aprenda, conviva, se desenvolva e se reconheça como sujeito de direitos dentro do espaço escolar. Nessa perspectiva, a escola inclusiva não se define apenas por sua abertura formal à diversidade, mas pela capacidade concreta de acolher diferenças e transformá-las em possibilidades de aprendizagem e crescimento.

O objetivo geral desta pesquisa foi analisar as condições pedagógicas que favorecem a inclusão educacional e o desenvolvimento integral de estudantes com deficiência no contexto escolar. A partir da revisão bibliográfica realizada, foi possível perceber que tais condições envolvem um conjunto

articulado de elementos, entre os quais se destacam a formação docente, a mediação pedagógica qualificada, o uso de estratégias inclusivas, a adaptação curricular, a acessibilidade, o planejamento individualizado e o compromisso institucional com a aprendizagem de todos. Os resultados indicaram que a inclusão exige uma escola disposta a rever suas práticas, suas concepções e suas estruturas, compreendendo que ensinar em contextos diversos não significa diminuir expectativas, mas ampliar possibilidades.

Também foi possível atender aos objetivos específicos propostos, uma vez que a análise da literatura permitiu identificar práticas pedagógicas voltadas à inclusão, compreender a importância dos recursos e das estratégias metodológicas e reconhecer os principais desafios presentes no cotidiano escolar. Entre esses desafios, destacaram-se a distância entre os marcos legais e sua efetivação prática, a insuficiência de formação continuada para os professores, a escassez de recursos pedagógicos e a permanência de barreiras atitudinais e institucionais que dificultam a participação plena dos estudantes com deficiência. Ainda assim, a pesquisa revelou que existem caminhos concretos para o fortalecimento da inclusão, especialmente quando a escola assume uma postura pedagógica mais reflexiva, colaborativa e comprometida com a singularidade dos sujeitos.

A análise desenvolvida ao longo do trabalho também permitiu responder ao problema de pesquisa, ao evidenciar que as condições pedagógicas necessárias para favorecer a inclusão educacional e o desenvolvimento integral de estudantes com deficiência envolvem não apenas recursos materiais ou instrumentos técnicos, mas uma mudança mais profunda na cultura escolar. Isso significa compreender que a aprendizagem não acontece de forma

homogênea e que a escola precisa estar preparada para reconhecer diferentes ritmos, modos de expressão, necessidades e potencialidades. Quando há escuta, planejamento, flexibilidade e intencionalidade pedagógica, a inclusão deixa de ser uma ideia abstrata e começa a se tornar experiência concreta na vida do estudante.

Outro ponto importante revelado pela pesquisa foi a centralidade do desenvolvimento integral como horizonte da educação inclusiva. O estudante com deficiência não deve ser visto apenas sob a lente da limitação ou da necessidade de apoio, mas como sujeito completo, que se desenvolve nas dimensões cognitiva, emocional, social, afetiva e relacional. Por isso, pensar inclusão é também pensar pertencimento, autonomia, autoestima e participação. Uma escola que ensina, mas não acolhe, ainda está distante de ser verdadeiramente inclusiva. Da mesma forma, uma escola que acolhe, mas não garante aprendizagem, também não cumpre plenamente sua função social. A inclusão exige, portanto, equilíbrio entre cuidado, exigência pedagógica, respeito à diversidade e compromisso com a formação humana em sua totalidade.

Nesse sentido, a pesquisa reafirma que a educação inclusiva precisa ser tratada como responsabilidade coletiva. O trabalho do professor é essencial, mas ele não pode carregar sozinho o peso da inclusão. É necessário que a gestão escolar, as políticas públicas, a formação profissional, as famílias e toda a comunidade educativa participem da construção de um ambiente escolar mais acessível, democrático e acolhedor. A inclusão não floresce no improviso. Ela se fortalece quando há planejamento, diálogo, investimento, sensibilidade e responsabilidade compartilhada. Por isso, este estudo contribui para reforçar a ideia de que a escola inclusiva se constrói todos os dias,

nas pequenas decisões pedagógicas, nos vínculos estabelecidos e na disposição de reconhecer o outro como legítimo participante do processo educativo.

Como contribuição acadêmica, este trabalho amplia a reflexão sobre a relação entre inclusão educacional, condições pedagógicas e desenvolvimento integral, mostrando que esses elementos são indissociáveis quando se pensa em educação de qualidade para estudantes com deficiência. No campo educacional, a pesquisa oferece subsídios para que professores, gestores e demais profissionais compreendam a urgência de práticas mais intencionais, acessíveis e humanizadas. No campo social, reforça a importância de defender uma escola que não exclua pela diferença, mas que reconheça na diferença uma dimensão constitutiva da própria experiência humana.

Por fim, conclui-se que a inclusão educacional não deve ser vista como desafio secundário ou pauta complementar, mas como princípio estruturante de uma educação verdadeiramente democrática. Falar em inclusão é falar em direito, em justiça e em humanidade. É reconhecer que cada estudante traz consigo uma forma única de aprender, de sentir, de participar e de existir no mundo. Cabe à escola, portanto, não apenas abrir suas portas, mas também preparar seu interior para receber, compreender e ensinar com dignidade. Assim, espera-se que este estudo contribua para fortalecer novos olhares, novas práticas e novos compromissos com a construção de uma educação em que todos possam aprender e se desenvolver de forma plena.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BRAUCKS, J. B.; AZEVEDO, G. P.; NEUBAUER, V. S.; ECKERT, N. H. Pesquisa bibliográfica como metodologia de pesquisa científica. RELACult - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade, v. 11, ed. especial, art. 2637, 2025.

CARVALHO, S. M. O.; ROCHA, F. L. P. da. A inclusão escolar e os marcos legais da educação brasileira: reflexões sobre direitos e práticas pedagógicas. Revista Tópicos, v. 4, n. 30, p. 1-19, 2026.

FELDHAUS, M.; NASCIMENTO, B. C. A. da S.; SILVEIRA, M. M. A inclusão da criança com deficiência na Educação Infantil: articulações entre marcos legais, práticas de cuidar e educar e desafios contemporâneos. Revista Delos, v. 18, n. 75, e8129, 2025.

FERREIRA, F. R. S. et al. Estratégias psicopedagógicas para a aprendizagem de alunos com TEA, TDAH, dislexia e deficiências múltiplas: desafios e possibilidades na educação inclusiva. Aurum Editora, p. 371-389, 2025.

GUIMARÃES, F. R. J. et al. O papel do professor na mediação da aprendizagem de estudantes com deficiência. Boletim de Conjuntura (BOCA), v. 25, n. 74, e8116, 2026.

LIMA, O. A.; PINTO, F. C. O sujeito com deficiência e o processo de escolarização: uma análise à literatura especializada. RCMOS - Revista Científica Multidisciplinar O Saber, v. 1, n. 2, 2025.

LOPES, P. L.; BAUMER, É. R. Possibilidades de práticas pedagógicas inclusivas no ensino regular. Revista Saberes Pedagógicos, v. 9, n. 1, p. 92-113, 2025.

REIS, M. R.; COUTINHO, D. J. G. Políticas públicas e marcos legais da educação inclusiva no Brasil. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 11, n. 1, p. 161-176, 2025.

SANTOS, A. C. et al. Educação inclusiva: a necessidade de fundamentos sólidos. Caderno Pedagógico, v. 22, n. 10, e19405, 2025.

SANTOS, J. G. et al. Marco legal da acessibilidade e inclusão na educação pública brasileira: perspectivas e desafios no contexto do estado do Tocantins. ARACÊ, v. 7, n. 8, e7225, 2025.

SCARPIN, E. J. et al. O PEI como estratégia de garantia do direito à aprendizagem de estudantes com deficiência. Revista Ilustração, v. 7, n. 2, p. 41-53, 2026.

SIÉBRA, L. F. A escolarização de alunos com deficiências múltiplas matriculados no Ensino Fundamental I: reflexões sobre a atuação das políticas de educação inclusiva. 2024.

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Ciências da Educação Instituição: Universidad Autónoma de Asunción (UAA). E-mail: [ceciliamoita38@gmail.com](mailto:ceciliamoita38@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutoranda em Ciências da Educação Instituição: Universidad Autónoma de Asunción (UAA). E-mail: [silvianiacandidodoutorado@gmail.com](mailto:silvianiacandidodoutorado@gmail.com)

<sup>3</sup> Mestrando em Ciências da Educação pela Universidad Autónoma de Asunción (UAA). E-mail: [normando@ifba.edu.br](mailto:normando@ifba.edu.br)

<sup>4</sup> Doutoranda em Ciências da Educação Universidade Autônoma do Paraguai- PY. E-mail: [cassandra.fdias@gmail.com](mailto:cassandra.fdias@gmail.com)

